

Coleção **GRANDES TEMAS DO NOVO CPC**

Coordenador geral: FREDIE DIDIER JR.

2

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

COORDENADORES

Marcus Vinicius Furtado Coêlho

Luiz Henrique Volpe Camargo



2ª Edição | Revista, ampliada e atualizada

2016

 **EDITORA**
*Jus***PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

H774 Honorários Advocatícios / coordenadores, Fredie Didier Jr. [et al.]. – 2. ed. rev., atual. e ampl. – Salvador: Juspodivm, 2016.
1200 p. (Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 2; coordenador geral, Fredie Didier Jr.)

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-85-442-0992-9.

1. Honorários Advocatícios. 2. Direito Processual Civil. I. Didier Jr., Fredie. II. Coêlho, Marcus Vinicius Furtado. III. Camargo, Luiz Henrique Volpe. IV. Título.

CDD 341.46

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

1081520

Sumário

PARTE I

PRINCÍPIOS INERENTES À FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS

CAPÍTULO 1 ► Dos princípios e os honorários advocatícios no novo CPC..... 39

Luís Antônio Giampaulo Sarro

1. DA INTRODUÇÃO	39
2. DOS PRINCÍPIOS NO NOVO CPC	41
3. DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA NO NOVO CPC.....	43
4. DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE NA DOUTRINA	45
5. DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE NA JURISPRUDÊNCIA.....	47
6. DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE NO NOVO CPC.....	53
6.1. DAS DISTORÇÕES DO SISTEMA PROCESSUAL CIVIL.....	53
6.2. DA EMENDA 74/2011 DO DEPUTADO PAES LANDIM.....	54
7. DA CONCLUSÃO.....	56
8. BIBLIOGRAFIA.....	56

CAPÍTULO 2 ► Honorários advocatícios sucumbenciais: apreciações gerais e princípios aplicáveis..... 59

Rogério Licastro Torres de Mello

CAPÍTULO 3 ► O novo CPC e os princípios inerentes à fixação de honorários advocatícios..... 65

Thiago Rodovalho

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72
---------------------------------	----

PARTE II

DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO 4 ► Os honorários de sucumbência no novo CPC..... 77

Alexandre Freire e Leonardo Albuquerque Marques

1. INTRODUÇÃO	77
2. O REGRAMENTO GERAL DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA.....	77
3. A FAZENDA PÚBLICA E OS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS	81
4. A SUCUMBÊNCIA RECURSAL.....	82
5. A COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS NA SUCUMBÊNCIA DE RECÍPROCA.....	83
6. CONCLUSÕES	84
7. BIBLIOGRAFIA.....	85

CAPÍTULO 5 ► Os honorários advocatícios no Novo Código de Processo Civil e a valorização do advogado enquanto profissional indispensável à administração da Justiça (art. 133, CF) 87

Benedito Cerezzo Pereira Filho

1. BREVE SINTESE DO NOVO CÓDIGO	87
1.1. DEBATES PÓS-SANÇÃO!	94
2. O JUIZ DO CÓDIGO DE 1973	94
3. O JUIZ DO (DIREITO) ESTADO CONSTITUCIONAL.....	95
4. UM NOVO CÓDIGO. UM NOVO PARADIGMA. UM NOVO JUIZ.	96
4.1. O PODER DO JUIZ	97
5. A VALORIZAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FORTALECE A ADVOCACIA E GARANTE JUSTIÇA COM QUALIDADE AO POVO.....	99
6. SÍNTESE CONCLUSIVA	105
7. REFERÊNCIAS.....	106

CAPÍTULO 6 ► Negócios processuais relativos a honorários advocatícios ... 109

Bruno Garcia Redondo e Julio Guilherme Müller

1. NOVO CPC E A CLÁUSULA GERAL DE ATIPICIDADE NEGÓCIO PROCESSUAL.....	109
2. OBJETO E LIMITES DOS NEGÓCIOS PROCESSUAIS ATÍPICOS.....	113
3. VALIDADE DOS NEGÓCIOS PROCESSUAIS ATÍPICOS: RELAÇÃO ENTRE OS REGIMES DO CPC E DO CC	117
4. EFICÁCIA DOS NEGÓCIOS PROCESSUAIS ATÍPICOS.....	119
5. CONVENÇÕES DAS PARTES SOBRE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	120
6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	124

CAPÍTULO 7 ► Honorários no novo CPC127

Carlos Mário Velloso Filho

1. INTRODUÇÃO	127
2. HONORÁRIOS EM RECONVENÇÃO E EM OUTROS CASOS ESPECÍFICOS.....	127
3. BASE DE CÁLCULO DOS HONORÁRIOS	129
4. CONDENAÇÃO DA FAZENDA EM HONORÁRIOS	129
5. DIREITO DO ADVOGADO	131
6. NATUREZA ALIMENTAR.....	132
7. SENTENÇA OMISSA E AÇÃO AUTÔNOMA.....	132
8. CONCLUSÃO.....	132

CAPÍTULO 8 ► Breves anotações sobre o regime dos honorários de sucumbência, nas demandas entre particulares, no Novo Código de Processo Civil..... 135

Elias Marques de Medeiros Neto

CAPÍTULO 9 ► Estabilização da tutela provisória satisfativa e honorários advocatícios sucumbenciais..... 147

Fredie Didier Jr., Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira

1. GENERALIDADES SOBRE A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA SATISFATIVA..... 147
2. A ESTABILIZAÇÃO COMO TÉCNICA DE MONITORIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO COMUM. O MICROSSISTEMA DE TUTELA DE DIREITOS PELA TÉCNICA MONITÓRIA. O PROBLEMA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS..... 153

CAPÍTULO 10 ► Honorários advocatícios na desistência da ação e na renúncia de direito 155

Jorge Tadeo Goffi Flaquer Scartezzini

1. O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL..... 155
2. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO CPC ATUAL (LEI 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973)..... 156
3. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO NOVO CPC..... 157
4. OS HONORÁRIOS COMO DIREITO DO ADVOGADO..... 159
5. DOS HONORÁRIOS NA DESISTÊNCIA E NA RENÚNCIA DA AÇÃO NO CPC DE 1973..... 160
6. DOS HONORÁRIOS NA DESISTÊNCIA E NA RENÚNCIA DA AÇÃO NO NOVO CPC..... 162
7. CONCLUSÕES..... 162
8. BIBLIOGRAFIA..... 163

CAPÍTULO 11 ► NCPC – Reflexões – honorários advocatícios e recurso especial..... 165

José Saraiva

1. ASPECTOS POUCO TRATADOS QUANTO À FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS..... 166
2. O RECURSO ESPECIAL NO NCPC..... 168
3. CONCLUSÃO..... 175

CAPÍTULO 12 ► Direito intertemporal e honorários advocatícios sucumbenciais no novo CPC177

Lucas Rister de Sousa Lima

1. INTRODUÇÃO 177
2. DIREITO INTERTEMPORAL E PROCESSO CIVIL – BREVE INTRÓITO..... 178
3. DIREITO INTERTEMPORAL NO NOVO CPC 184
4. DIREITO INTERTEMPORAL E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS – ARTIGO POR ARTIGO . 186
 - 4.1. ART. 85, § 1º, DO CPC – HIPÓTESES DE INCIDÊNCIA E FIXAÇÃO 186
 - 4.2. ART. 85, §§ 2º E 6º – FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS DE ACORDO COM O PROVEITO ECONÔMICO DA AÇÃO 189
 - 4.3. ART. 85, §§ 3º, 4º, 5º E 7º – PROCESSOS EM QUE FOR PARTE A FAZENDA PÚBLICA 189
 - 4.4. ART. 85, § 8º – VALOR DA CAUSA BAIXO OU INESTIMÁVEL..... 191
 - 4.5. ART. 85, § 9º – INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO 191
 - 4.6. ART. 85, § 10º – PERDA DE OBJETO..... 191
 - 4.7. ART. 85, §§ 11 E 12 – SUCUMBÊNCIA RECURSAL..... 192

4.8.	ART. 85, § 13 – EXECUÇÃO CONJUNTA.....	192
4.9.	ART. 85, § 14 – VEDAÇÃO À COMPENSAÇÃO DOS HONORÁRIOS E RECONHECIMENTO DA SUA NATUREZA ALIMENTAR	193
4.10.	ART. 85, § 15 – SOCIEDADE DE ADVOGADOS.....	194
4.11.	ART. 85, § 16 – JUROS DE MORA	194
4.12.	ART. 85, §§ 17 E 18 – HONORÁRIOS EM CAUSA PRÓPRIA E DECISÃO QUE NÃO FIXA A VERBA	195
4.13.	ART. 85, § 19 – ADVOGADOS PÚBLICOS.....	195
4.14.	ART. 86 – SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.....	196
4.15.	ART. 87 – VÁRIOS AUTORES OU RÉUS.....	196
4.16.	ART. 90 – DESISTÊNCIA, RENÚNCIA OU RECONHECIMENTO DO PEDIDO	198
5.	BIBLIOGRAFIA.....	199

CAPÍTULO 13 ► Decisão interlocutória de mérito e honorários advocatícios..... 201

Lúcio Flávio Siqueira de Paiva

1.	APRESENTAÇÃO DO TEMA.....	201
2.	O REGIME JURÍDICO DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NO NOVO CPC: A POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO PARCIAL DO MÉRITO.....	203
3.	O JULGAMENTO PARCIAL, COM OU SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO (SENTENÇA INTERLOCUTÓRIA), E A CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	208
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	210
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	211

CAPÍTULO 14 ► Honorários advocatícios nas ações de indenização por ato ilícito.....213

Luiz Antonio Ferrari Neto

1.	INTRODUÇÃO	213
2.	AÇÃO INDENIZATÓRIA COM PEDIDO CONDENATÓRIO CERTO E DETERMINADO	215
3.	FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA NA HIPÓTESE DE CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS ...	216
4.	FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS NAS HIPÓTESES DE NECESSIDADE DE LIQUIDAÇÃO DOS DANOS DECORRENTES DE ATO ILÍCITO	221
5.	FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS NAS HIPÓTESES DE PRESTAÇÕES PERIÓDICAS DECORRENTES DE ATO ILÍCITO CONTRA A PESSOA	222
6.	TERMO FINAL DA FIXAÇÃO DAS PRESTAÇÕES VENCIDAS E TERMO INICIAL DA FIXAÇÃO DAS PRESTAÇÕES VINCENDAS	224
7.	HONORÁRIOS DECORRENTES DE ATO ILÍCITO PERPETRADO PELA FAZENDA PÚBLICA	226
8.	CONCLUSÃO.....	226
9.	REFERÊNCIAS.....	227

CAPÍTULO 15 ► Honorários advocatícios no reconhecimento do pedido e na confissão 229

Oton José Nasser de Mello

CONCLUSÃO	233
-----------------	-----

CAPÍTULO 16 ► Honorários advocatícios no novo Código de Processo Civil e o Superior Tribunal de Justiça 235
Paulo Henrique dos Santos Lucon

1. INTRODUÇÃO	235
2. DECISÕES OMISSAS E A SÚMULA 453 DO STJ.....	236
3. COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS E A SÚMULA 306 DO STJ.....	239
4. HONORÁRIOS NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E AS SÚMULAS 517 E 519 DO STJ.....	240
5. REVISÃO DE HONORÁRIOS, SÚMULA 7 E HONORÁRIOS IRRISÓRIOS.....	243
6. ENCERRAMENTO: A NATUREZA ALIMENTAR DOS HONORÁRIOS.....	249

CAPÍTULO 17 ► Honorários da Sucumbência e Honorários Contratuais: a Compatibilização Necessária251
Paulo Roberto de Gouvêa Medina

1. HONORÁRIOS DE ADVOGADO: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	251
2. REGRA DA MODERAÇÃO	253
3. HONORÁRIOS CONTRATUAIS: O PACTO DE QUOTA LITIS.....	254
4. HONORÁRIOS DA SUCUMBÊNCIA: FUNDAMENTO E TITULARIDADE	256
5. O PONTO DE EQUILÍBRIO ENTRE AS DUAS FONTES DE REMUNERAÇÃO.....	258
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A JUDICIALIZAÇÃO DO TEMA; PRINCÍPIO DA BOA-FÉ CONTRATUAL; LIMITES DO CONTROLE JURISDICIONAL.....	260

CAPÍTULO 18 ► Honorários contratuais vs. Honorários sucumbenciais: o que muda no NCPC? 265
Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa e Daniella de Albuquerque Magnani

1. INTRODUÇÃO	265
2. CARÁTER REMUNERATÓRIO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA: UMA OPÇÃO DECLARADA DO NCPC	266
3. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA X HONORÁRIOS CONVENCIONAIS	274
4. NATUREZA DOS HONORÁRIOS NO CÓDIGO CIVIL.....	275
5. POSSIBILIDADE DE COBRANÇA DOS HONORÁRIOS CONVENCIONAIS PELO VENCEDOR	278
6. CONCLUSÃO	280
7. REFERÊNCIAS.....	281

CAPÍTULO 19 ► A fixação de honorários advocatícios de sucumbência em sentenças declaratórias 283
Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva e Marcello Trindade Paulo

1. INTRODUÇÃO	283
2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	284
3. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA: SISTEMÁTICA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973	290
4. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA EM SENTENÇA DECLARATÓRIA APÓS A EDIÇÃO DA LEI Nº 11.232/05.....	291
5. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA EM SENTENÇA DECLARATÓRIA ANTES DA EDIÇÃO DA LEI Nº 11.232/05.....	293

6. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA EM SENTENÇA DECLARATÓRIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	296
7. CONCLUSÕES	297
8. REFERÊNCIAS	298

CAPÍTULO 20 ► Desistência dos pedidos e a renúncia do direito na fixação dos honorários de sucumbência 301

Rodrigo Lucas da Gama Alves e Claudio Couto Soledade

1. APRESENTAÇÃO	301
2. DA DESISTÊNCIA DOS PEDIDOS E A RENÚNCIA AO DIREITO	303
2.1. DA DESISTÊNCIA DOS PEDIDOS	304
2.2. DA RENÚNCIA AO DIREITO	305
3. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	306
3.1. A TEORIA DO RESSARCIMENTO	307
3.2. A TEORIA DA PENA	308
3.3. A TEORIA DA SUCUMBÊNCIA	309
3.4. A TEORIA DA CAUSALIDADE	309
4. SITUAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO CÓDIGO DE PROCESSO DE 2015	310
4.1. DESISTÊNCIA DOS PEDIDOS	311
4.2. RENÚNCIA AO DIREITO	313
5. CONCLUSÃO	314
6. BIBLIOGRAFIA	315

CAPÍTULO 21 ► Honorários de advogado judiciais: alguns problemas da fixação sem fundamentação (omissão de motivação decisória) na perspectiva no CPC/15317

Rodrigo Mazzei

1. A FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS JUDICIAIS: LIMITE QUANTITATIVO E ENCHIMENTO QUALIFICATIVO	317
2. A MOTIVAÇÃO DECISÓRIA NO CONCEITO CONSTITUCIONAL (ARTIGO 93, IX E X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988)	321
3. BREVE ANÁLISE NO FENÔMENO DA “OMISSÃO DECISÓRIA” APLICADA AOS HONORÁRIOS	326
3.1. OMISSÃO ONTOLÓGICA X HONORÁRIOS DE ADVOGADO	328
3.2. OMISSÃO RELACIONAL X HONORÁRIOS DE ADVOGADO	331
4. OUTROS DESDOBRAMENTOS ACERCA DA OMISSÃO DE FUNDAMENTAÇÃO (MOTIVAÇÃO) DECISÓRIA EM RELAÇÃO AOS HONORÁRIOS DE ADVOGADO JUDICIAIS	333
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	337

CAPÍTULO 22 ► Honorários advocatícios parciais: muito além da interpretação literal do art. 85 do Novo CPC. 341

Tiago Asfor Rocha Lima e Marcus Claudius Saboia Rattacaso

1. INTRODUÇÃO	341
---------------------	-----

2. DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS DE MÉRITO E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	343
2.1. MULTIPLICIDADE DE DECISÕES DE MÉRITO AO LONGO DO PROCESSO. QUEBRA DE PARADIGMA COM A LEI N. 11.232/2005	343
2.2. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS DE MÉRITO: DIREITO AUTÔNOMO DOS ADVOGADOS.....	346
2.3. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS EM SEDE DE TUTELA PROVISÓRIA (INCIDENTAL OU ANTECEDENTE)?	348
3. DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS DE MÉRITO E FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS	352
4. FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO E HONORÁRIOS PARCIAIS	355
5. EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS PARCIAIS	356
6. CONCLUSÃO	358
7. REFERÊNCIAS	360

CAPÍTULO 23 ► Notas iniciais sobre a disciplina dos honorários advocatícios no novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015)..... 363

Tiago Figueiredo Gonçalves

1. INTRODUÇÃO	363
2. O DIREITO DO ADVOGADO AOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA.....	363
3. A IMPOSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO DOS HONORÁRIOS QUANDO HAVIDA SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.....	366
4. A NATUREZA ALIMENTAR DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	367
5. OMISSÃO DA DECISÃO NA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS.....	368
6. DECISÕES ATRAVÉS DAS QUAIS SE DÁ A CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS E HONORÁRIOS EX LEGE...	371
7. HONORÁRIOS FIXADOS EM GRAU RECURSAL.....	371
8. CONCLUSÃO	372
9. REFERÊNCIAS	372

PARTE III

HONORÁRIOS NAS CAUSAS EM QUE A FAZENDA PÚBLICA É PARTE

CAPÍTULO 24 ► Honorários advocatícios contra a Fazenda Pública e o novo CPC.....377

Anselmo Prieto Alvarez

1. INTRODUÇÃO	377
2. A JUSTIFICATIVA DA EXISTÊNCIA DE PRERROGATIVAS CONCEDIDAS À FAZENDA PÚBLICA NO NOVO CPC	378
3. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	381
3.1. CABIMENTO	381
3.2. PARÂMETROS PARA A ETAPA DE CONHECIMENTO	381
3.3. EXECUÇÃO	385
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	387

CAPÍTULO 25 ► Honorários advocatícios nas causas em que a fazenda pública for parte: sistemática do novo Código de Processo Civil 389

Fábio Jun Capucho

1. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E VALORIZAÇÃO DO ADVOGADO.....	389
2. TITULARIDADE E AUTONOMIA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS	393
3. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS EM CASO DE DERROTA DA FAZENDA PÚBLICA ...	396
4. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS EM CASO DE VITÓRIA DA FAZENDA PÚBLICA.....	403
5. CONSEQUÊNCIAS DA AUTONOMIA DO DIREITO DOS ADVOGADOS PÚBLICOS AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS	407
6. CONCLUSÃO	418

CAPÍTULO 26 ► Honorários advocatícios nas causas em que a Fazenda Pública é parte 419

Marcello Terto e Silva

1. INTRODUÇÃO	419
2. ESPÉCIES E CARACTERÍSTICAS DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	420
3. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA: NATUREZA E TITULARIDADE.....	421
4. A FAZENDA PÚBLICA VENCEDORA OU VENCIDA, EM JUÍZO	423
5. A QUESTÃO DO § 19	428
6. FORMAS DE DISTRIBUIÇÃO E REGRAS DE FUNDO COLETIVO	435
7. BREVE ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ	436
8. CONCLUSÃO	439
9. BIBLIOGRAFIA.....	440

CAPÍTULO 27 ► Os Honorários dos Advogados Públicos..... 441

Ophir Cavalcante Junior e Eduardo Falcete

CAPÍTULO 28 ► Honorários de sucumbência e o novo processo civil: Fazenda Pública e o advogado público 459

Paulo Gustavo Medeiros de Carvalho e Rodrigo Pereira Martins Ribeiro

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS. PRERROGATIVAS DA FAZENDA PÚBLICA E O NOVO PROCESSO CIVIL	459
2. HONORÁRIOS E FAZENDA PÚBLICA: ASPECTOS HISTÓRICOS E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973	462
3. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA, FAZENDA PÚBLICA E O PROCESSO LEGISLATIVO DO NOVO CPC ..	464
4. CAUSAS EM QUE A FAZENDA PÚBLICA FOR PARTE	470
4.1. CRITÉRIO PARA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS.....	471
4.2. SUCUMBÊNCIA RECURSAL	474
4.3. COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS NA SUCUMBÊNCIA DE RECÍPROCA	475

4.4. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E PROCESSO DE EXECUÇÃO	476
5. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA E O ADVOGADO PÚBLICO	477
6. REFERÊNCIAS	478

PARTE IV

SUCUMBÊNCIA PARCIAL E SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA

CAPÍTULO 29 ► Sucumbência parcial e fixação de honorários: uma releitura à luz do novo Código de Processo Civil 483

Felipe Augusto de Toledo Moreira e Rafael de Arruda Alvim Pinto

1. INTRODUÇÃO: BREVE HISTÓRICO E DELIMITAÇÃO DO(S) PROBLEMA(S)	483
2. O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: A TITULARIDADE DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS E O TRATAMENTO DADO À SUCUMBÊNCIA PARCIAL	489
3. A EXPRESSA VEDAÇÃO À COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS E A POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE À PARTE VENCEDORA PELOS HONORÁRIOS CONTRATUAIS PAGOS	491
4. CONCLUSÕES COMPARATIVAS: A ELIMINAÇÃO DE DISSENSOS DOUTRINÁRIOS E JURISPRUDENCIAIS SOBRE O TEMA	494
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	495

CAPÍTULO 30 ► Sucumbência parcial e recíproca no CPC/15 e a impossibilidade de compensação da verba honorária 497

Gabriela Arenhart

1. INTRODUÇÃO	497
2. SUCUMBÊNCIA PARCIAL E RECÍPROCA	497
3. RELAÇÃO ENTRE SUCUMBÊNCIA PARCIAL E RECÍPROCA.....	499
4. CRÍTICA À COMPENSAÇÃO NO CPC/73	500
5. INSTITUTOS NO CPC/15	502
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	504
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	505

CAPÍTULO 31 ► Sucumbência parcial: o fim da anômala compensação entre credores distintos 507

Luciano Vianna Araújo

1. INTRODUÇÃO	507
2. O REGIME LEGAL DA SUCUMBÊNCIA PARCIAL NO CPC/1973	508
3. O ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA ORDEM DOS ADVOGADOS	509
4. A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO CPC/1973	510
5. A ANTINOMIA ENTRE REGRAS (CPC/1973 E A LEI N. 8.906/1994)	515
6. COMPENSAÇÃO ENTRE CREDITORES/DEVEDORES DIVERSOS?	516
7. O PROCESSO LEGISLATIVO DO CPC/15	517
8. CONCLUSÃO	519

PARTE V
JUSTIÇA GRATUITA E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

**CAPÍTULO 32 ► Gratuidade de justiça x honorários advocatícios:
premissas equivocadas do art. 99, §5º, do Novo CPC 523**
Bruno Garcia Redondo, Luciano Camargos e Lúcio Delfino

1. INTRODUÇÃO	523
2. APONTAMENTOS SOBRE O DIREITO FUNDAMENTAL À ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA E ALGUMAS DISTINÇÕES NECESSÁRIAS.....	524
3. PANORAMA LEGISLATIVO E JURISPRUDENCIAL CONTEMPORÂNEO	528
4. TRATAMENTO PELO NOVO CPC	532
5. O CONFLITO ENTRE O NOVO CPC E A LEI 8.906/1994.....	534
6. CONCLUSÃO	538

**CAPÍTULO 33 ► O Benefício da Justiça Gratuita e os Honorários
Advocatícios 539**
José Péricles de Oliveira e Nelson Finotti Silva

1. INTRODUÇÃO	539
2. JUSTIÇA GRATUITA	540
3. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	546
4. HONORÁRIOS CONTRATUAIS NA JUSTIÇA GRATUITA	554
5. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA NA JUSTIÇA GRATUITA	555
6. CONCLUSÃO	557

CAPÍTULO 34 ► Honorários advocatícios e assistência judiciária..... 559
Luiz Carlos Levenzon

1. SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA. PROCESSO CIVILIZATÓRIO. DIVERGÊNCIAS. REGRAS.....	559
2. CONTROVÉRSIAS. SOLUÇÕES JUDICIAIS. DIREITOS FUNDAMENTAIS E OBRIGAÇÕES DO ESTADO	561
3. ESPECIALIZAÇÃO. REMUNERAÇÃO.....	562
4. HIPOSSUFICIÊNCIA. DESPESAS PROCESSUAIS. SISTEMA DE REMUNERAÇÃO.....	562
5. HONORÁRIOS – ORIGEM. FINALIDADE.....	563
6. ESPÉCIES DE HONORÁRIOS.....	564
7. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. ORIGEM. FINALIDADE. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS. ARBITRAMENTO JUDICIAL ..	565
8. VINCULAÇÃO ENTRE SERVIÇOS E RESULTADO.....	567
9. REMUNERAÇÃO PELO ÊXITO	568
10. ASSISTENCIA JUDICIAL E HONORÁRIOS CONTRATUAIS: COMPATIBILIDADE	569
11. CRESCIMENTO PATRIMONIAL DO ASSISTIDO. DIMINUIÇÃO PATRIMONIAL DO ASSISTENTE.....	571
12. CONCLUSÃO	572

CAPÍTULO 35 ► O benefício da justiça gratuita e os honorários advocatícios 573

Rafael Alexandria de Oliveira

1. INTRODUÇÃO	573
2. O BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA: GENERALIDADES	573
2.1. NOÇÃO	573
2.2. TERMINOLOGIA.....	574
2.3. RESPONSABILIDADES PROVISÓRIA E DEFINITIVA PELO CUSTEIO DO PROCESSO: O ÂMBITO DE ATUAÇÃO DO BENEFÍCIO	575
2.4. QUEM PODE SER BENEFICIÁRIO DA GRATUIDADE	575
2.5. PRESSUPOSTO PARA A CONCESSÃO: INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS	577
2.6. MODULAÇÃO DO BENEFÍCIO	578
2.7. RESPONSABILIDADE DO BENEFICIÁRIO VENCIDO: EXIGIBILIDADE E INTERPRETAÇÃO DO ART. 98, §3º, DO CPC.....	579
2.8. ABRANGÊNCIA DO BENEFÍCIO: ROL EXEMPLIFICATIVO	581
3. O BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA E OS HONORÁRIOS DE ADVOGADO: ALGUMAS REFLEXÕES.....	581
3.1. O BENEFÍCIO ABRANGE OS HONORÁRIOS DE ADVOGADO? INTERPRETANDO O ART. 98, §1º, VI, DO CPC.....	581
3.2. O BENEFICIÁRIO E O DEVER DE PAGAR HONORÁRIOS CONTRATUAIS OU ARBITRADOS	584
3.3. O BENEFICIÁRIO VENCIDO E O DEVER DE PAGAR HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	585
3.4. O BENEFICIÁRIO VENCIDO E A SUCUMBÊNCIA RECURSAL.....	585
3.5. RECURSO PARA DISCUTIR EXCLUSIVAMENTE HONORÁRIOS E A PESSOALIDADE DO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE.....	587
3.6. O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE E A AÇÃO AUTÔNOMA PARA COBRANÇA DE HONORÁRIOS...	588
4. CONCLUSÃO.....	589

PARTE VI

SUCUMBÊNCIA RECURSAL E RECURSO PARA A MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS

CAPÍTULO 36 ► Honorários de sucumbência recursal 593

Alexandre Freitas Câmara

CAPÍTULO 37 ► Os honorários recursais no Novo Código de Processo Civil..... 601

Bruno Vasconcelos Carrilho Lopes

1. UMA RELEVANTE NOVIDADE DO NOVO CPC.....	601
2. SOMENTE DEVEM SER ARBITRADOS HONORÁRIOS NOS RECURSOS QUE TENHAM ORIGEM NA DECISÃO FINAL DA CAUSA	603
3. EM TODOS OS RECURSOS?	604
4. LITISCONSÓRCIO.....	606

5. DESISTÊNCIA DO RECURSO	606
6. O ARBITRAMENTO DOS HONORÁRIOS RECURSAIS	607
7. BIBLIOGRAFIA	608

CAPÍTULO 38 ► Verba honorária609

Cassiano Garcia Rodrigues

1. RESENHA	609
2. HONORÁRIOS COMO TUTELA DIFERENCIADA	610
3. OBSTÁCULOS PARA 'O MOLHO MAIS CARO QUE O PEIXE' PELA SUCUMBÊNCIA RECURSAL	610
4. MECANISMO PROCESSUAL PARA ENCARECER O 'MOLHO' DA SUCUMBÊNCIA RECURSAL	613
5. CONCLUSÃO	619

CAPÍTULO 39 ► Honorários Advocatícios e Sucumbência Recursal..... 621

César Cipriano De Fazio

1. INTRODUÇÃO	621
2. SUCUMBÊNCIA RECURSAL	622
2.1. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA DA SUCUMBÊNCIA E DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DELA DECORRENTES	622
2.2. OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA SUCUMBÊNCIA RECURSAL NO CPC/73 E NO CPC/15	622
3. CRITÉRIOS PARA A IMPOSIÇÃO DE OBRIGAÇÃO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	624
3.1. SUCUMBÊNCIA	624
3.2. CAUSALIDADE	624
3.3. INTERESSE	625
4. PRESSUPOSTOS GERAIS PARA A CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PELA SUCUMBÊNCIA RECURSAL	626
4.1. A VERIFICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE: A SUCUMBÊNCIA RECURSAL, A CAUSALIDADE E O INTERESSE	626
4.2. POSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PELA DECISÃO RECORRIDA	626
4.3. ACRÉSCIMO DE TRABALHO	627
5. A SUCUMBÊNCIA RECURSAL EM CADA UM DOS RECURSOS PREVISTOS PELO CPC/15	627
5.1. APELAÇÃO E RECURSO ORDINÁRIO	627
5.2. AGRAVO DE INSTRUMENTO	627
5.3. AGRAVO INTERNO E AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL OU EXTRAORDINÁRIO	628
5.4. RECURSO ESPECIAL, RECURSO EXTRAORDINÁRIO E EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	628
5.5. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	628
6. OS RECURSOS INTERPOSTOS POR TERCEIRO INTERESSADO OU PELO MINISTÉRIO PÚBLICO	629
7. A REVOGAÇÃO DO MANDATO, O SUBSTABELECIMENTO SEM RESERVA DE PODERES E SEUS EFEITOS SOBRE OS HONORÁRIOS FIXADOS EM RAZÃO DA SUCUMBÊNCIA RECURSAL	629
8. A RENÚNCIA, A AQUIESCÊNCIA E A DESISTÊNCIA DO RECURSO	630
9. A SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA EM SEDE RECURSAL	630
10. ANULAÇÃO DA SENTENÇA OU DO ACÓRDÃO RECORRIDO	630
11. DIREITO INTERTEMPORAL	631
12. CONCLUSÕES	631
BIBLIOGRAFIA	632

CAPÍTULO 40 ► Honorários no recurso de apelação e questões correlatas..... 635

Dierle Nunes, Victor Barbosa Dutra e Délio Mota de Oliveira Júnior

1. INTRODUÇÃO	635
2. APELAÇÃO CÍVEL NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: AS PRINCIPAIS NOVIDADES DE UM INSTITUTO CLÁSSICO	638
2.1. JUÍZO DE INTERPOSIÇÃO E DE ADMISSIBILIDADE.	638
2.2. EFEITO SUSPENSIVO.	639
2.3. AMPLIAÇÃO DO EFEITO DEVOLUTIVO: POSSIBILIDADE DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO PRECLUSAS.	640
2.4. TÉCNICA DE JULGAMENTO COLEGIADO - SUCEDÂNEO DOS "EMBARGOS INFRINGENTES"	641
3. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA - O NOVO TRATAMENTO.	643
3.1. A NATUREZA JURÍDICA DOS HONORÁRIOS.	644
3.2. A POSSIBILIDADE DE HONORÁRIOS RECURSAIS. MUDANÇAS NA NATUREZA JURÍDICA?	645
3.2.1. DIREITO INTERTEMPORAL E OS HONORÁRIOS RECURSAIS	648
3.3. COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS. SÚMULA 306 DO STJ.	649
3.4. OMISSÃO DE HONORÁRIOS NA SENTENÇA.	650
3.5. FAZENDA PÚBLICA E HONORÁRIOS.	651
3.6. OS HONORÁRIOS NA ILEGITIMIDADE PASSIVA (ART. 338)	652
4. CONVERGÊNCIA ENTRE APELAÇÃO E OS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS	655
4.1. SUCUMBÊNCIA HONORÁRIA: CAPÍTULO DA SENTENÇA	655
4.2. APELAÇÃO PARA MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS: LEGITIMIDADE CONCORRENTE DA PARTE, DO PROCURADOR E DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS	657
4.3. APELAÇÃO ADESIVA	658
4.4. NECESSIDADE DE PREPARO DO RECURSO QUE DISCUTE EXCLUSIVAMENTE ACERCA DA MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS FIXADOS EM FAVOR DO ADVOGADO DE PARTE BENEFICIADA PELA ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA	659
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	660
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	660

CAPÍTULO 41 ► Majoração dos honorários sucumbenciais no Recurso de Apelação 663

Eduardo Cambi e Gustavo Pompílio

1. INTRODUÇÃO	663
2. A MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS NO RECURSO DE APELAÇÃO COM BASE NA SISTEMÁTICA DO NCPC	664
3. O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO E O ABUSO DO DIREITO DE RECORRER	668
4. A MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS COMO UM INSTRUMENTO DE DESESTÍMULO AO ABUSO DO DIREITO DE RECORRER E SEUS REFLEXOS NO DIREITO PROCESSUAL BRASILEIRO	669
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	671
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	672

CAPÍTULO 42 ► Honorários advocatícios e sucumbência recursal 673

Estefânia Viveiros

1. INTRODUÇÃO	673
---------------------	-----

2. OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E O PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE	674
3. A CRIAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS RECURSAIS NO NOVO CPC	676
3.1. DA COMPETÊNCIA RECURSAL DO TRIBUNAL.....	678
3.2. DO RECURSO INTERPOSTO PELAS PARTES	680
3.3. DA MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS EX OFFICIO PELO TRIBUNAL OU A REQUERIMENTO DA PARTE.....	681
3.4. DO PERCENTUAL MÁXIMO FIXADO EM LEI PARA MAJORAR OS HONORÁRIOS, NA FASE DO PROCESSO COGNITIVO E O TRABALHO DESENVOLVIDO PELOS ADVOGADOS NOS TRIBUNAIS	682
4. CONCLUSÕES	683
5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	684

**CAPÍTULO 43 ► Os honorários advocatícios e o recurso de apelação:
um enfoque especial nos honorários recursais..... 685**
Flávio Cheim Jorge

1. INTRODUÇÃO	685
2. NATUREZA JURÍDICA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	687
2.1. COMPREENSÃO DO TEMA.....	687
2.2. EVOLUÇÃO LEGISLATIVA E A NOVA NATUREZA JURÍDICA	688
3. A LEGITIMIDADE EXTRAORDINÁRIA DAS PARTES EM RELAÇÃO AOS HONORÁRIOS E O ADVOGADO COMO SUBSTITUÍDO	691
4. A CONDENAÇÃO EX-OFFÍCIO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E O RECURSO DE APELAÇÃO	694
5. A SUCUMBÊNCIA RECURSAL.....	697
5.1. FINALIDADE.....	697
5.2. DIREITO DO ADVOGADO À FIXAÇÃO DE NOVA VERBA	700
5.3. SUCUMBÊNCIA NA CAUSA OU NO RECURSO?	702
6. CONCLUSÃO	707
7. BIBLIOGRAFIA.....	708

**CAPÍTULO 44 ► Da apelação para majoração dos
honorários advocatícios.....711**
Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior

1. INTRODUÇÃO	711
2. AVANÇOS SOBRE O TEMA TRAZIDOS PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	713
3. LEGITIMIDADE DO ADVOGADO PARA, EM NOME PRÓPRIO E DE FORMA INDEPENDENTE, INTERPOR APELAÇÃO PARA DISCUTIR A FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS, BEM COMO PARA EXECUTAR ESSE CAPÍTULO DA SENTENÇA.....	716
4. CONCLUSÃO: POSSIBILIDADE DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PELO ADVOGADO PARA MAJORAÇÃO DE SEUS HONORÁRIOS FIXADOS EM SENTENÇA	719

**CAPÍTULO 45 ► Os honorários advocatícios pela sucumbência recursal
no CPC/2015.....721**
Luiz Henrique Volpe Camargo

1. INTRODUÇÃO	721
---------------------	-----

2. A REDAÇÃO ORIGINAL DO ANTEPROJETO APRESENTADA EM 19-06-2010 (ART. 73, §§6º, 8º E 9º), COTEJADA COM AS MODIFICAÇÕES REALIZADAS NO SENADO FEDERAL NA VERSÃO APROVADA EM 15-12-2010 (ART. 87, §7º), DEPOIS, COMPARADA COM A VERSÃO FINAL APROVADA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 26-04-2014 (ART. 85, §11).....	723
3. A SUCUMBÊNCIA RECURSAL NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	729
3.1. A CONDIÇÃO PARA CABIMENTO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL.....	729
3.2. O ARBITRAMENTO EM JULGAMENTO MONOCRÁTICO OU COLEGIADO	731
3.3. O ARBITRAMENTO NO CASO DE INADMISSÃO OU IMPROVIMENTO DO RECURSO; PROVIMENTO TOTAL E DE PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO	732
3.4. OS CRITÉRIOS PARA A FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS PELA SUCUMBÊNCIA RECURSAL.	736
3.5. CUMULAÇÃO DE HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL COM MULTA E OUTRAS SANÇÕES.....	741
3.6. INEXISTÊNCIA DE HONORÁRIOS RECURSAIS NA REMESSA NECESSÁRIA	741
3.7. HONORÁRIOS QUANDO O ADVOGADO DEIXA DE APRESENTAR RESPOSTA AO RECURSO.....	742
3.8. SUCUMBÊNCIA RECURSAL E LITISCONSÓRCIO.....	743
3.9. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL E DIREITO INTERTEMPORAL	743
4. CONCLUSÃO	747

CAPÍTULO 46 ► Recurso de Apelação para Majoração de Honorários Advocatícios 749

Rodolpho Vannucci

1. A PRIMEIRA QUE MERECE DESTAQUE É A DISPOSTA NO § 14, DO ART. 85, VERBIS.....	750
2. O SEGUNDO PONTO É A DISPOSIÇÃO DO ART. 99, § 5º, DO NOVO CPC, QUE, AO TRATAR DA JUSTIÇA GRATUITA, ASSIM PRELECIONA.....	752
3. OUTRO PONTO INTERESSANTE SURGE A PARTIR DO § 15, DO ART. 85	754
4. POR FIM, MERECE ANÁLISE O ART. 90, § 1º, QUE TRATA DA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS PARA O CASO DE DESISTÊNCIA, RENÚNCIA OU RECONHECIMENTO DO PEDIDO, QUANDO PARCIAIS. ASSIM DETERMINA	755

CAPÍTULO 47 ► Recurso de apelação para majoração de honorários 759

Walter de Agra Junior

1. DA PROPRIEDADE DOS HONORÁRIOS E DA COMPENSAÇÃO.....	759
2. DA FIXAÇÃO TABELADA DOS HONORÁRIOS	763
3. DOS HONORÁRIOS RECURSAIS. CABIMENTO E LEGITIMIDADE	766
4. DAS CONCLUSÕES	774
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	775

PARTE VII

NATUREZA ALIMENTAR DOS HONORÁRIOS

CAPÍTULO 48 ► O caráter alimentar e autônomo dos honorários advocatícios à luz do Novo CPC e suas consequências 779

Alexandre Ávalo Santana e Luís Cláudio Alves Pereira

1. INTRODUÇÃO	779
---------------------	-----

2. HONORÁRIOS COMO DIREITO AUTÔNOMO DO ADVOGADO	780
3. CARÁTER ALIMENTAR DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS À LUZ DO NOVO CPC.....	782
3.1. EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL E NORMATIVA SOBRE A NATUREZA ALIMENTAR DOS HONORÁRIOS.....	782
4. A VEDAÇÃO DA COMPENSAÇÃO DOS HONORÁRIOS NO NOVO CPC: SUPERAÇÃO DA SÚMULA 306 DO STJ.....	785
5. CONCLUSÃO.....	787
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	788

CAPÍTULO 49 ► A natureza alimentar dos honorários advocatícios e suas consequências..... 789

Heitor Miranda Guimarães

1. O ADVOGADO.....	789
2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	790
3. A NATUREZA ALIMENTAR DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	794
4. PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS DA NATUREZA ALIMENTAR DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	797
5. REFERÊNCIAS.....	806

PARTE VIII

AÇÃO RESCISÓRIA E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

CAPÍTULO 50 ► Ação rescisória em matéria de honorários advocatícios..... 809

Gustavo Soares da Silveira Giordano

REFERÊNCIAS:	823
--------------------	-----

CAPÍTULO 51 ► Ação rescisória em matéria de honorários advocatícios e o Novo Código de Processo Civil..... 825

Isabel Godoy Seidl e Humberto Dalla Bernardina de Pinho

1. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA COMO RENDA	825
1.1. HISTÓRICO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	826
1.1.1. TEORIA DO RESSARCIMENTO.....	826
1.1.2. TEORIA DA PENA.....	827
1.1.3. TEORIA DA SUCUMBÊNCIA.....	828
1.1.4. TEORIA DA CAUSALIDADE	829
2. HISTÓRICO DOS HONORÁRIOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	830
3. PRINCIPAIS INOVAÇÕES DO NOVO CPC EM RELAÇÃO AOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA.....	831
4. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA COMO VERBA ALIMENTAR E SUAS PECULIARIDADES	833
5. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA – CAPÍTULO AUTÔNOMO DA SENTENÇA	837
6. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS AÇÕES RESCISÓRIAS	838
6.1. OS PEDIDOS.....	839
6.2. LEGITIMIDADE ATIVA.....	840
6.3. LEGITIMIDADE PASSIVA E LITISCONSÓRCIO.....	841

6.4. TUTELA ANTECIPADA E SUSPENSÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO RESCINDENDA	844
6.5. EFEITOS DA AÇÃO RESCISÓRIA.....	845
6.6. OS EFEITOS DA RESCISÓRIA SOBRE OS HONORÁRIOS PAGOS POR PRECATÓRIO	848
7. CABIMENTO DE AÇÃO RESCISÓRIA PARA REVISÃO DO VALOR DOS HONORÁRIOS	849
8. DESNECESSIDADE DE AÇÃO RESCISÓRIA CONTRA A DECISÃO OMISSA EM RELAÇÃO AOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA.....	849
9. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS EM AÇÃO RESCISÓRIA.....	850
10. BIBLIOGRAFIA.....	851

CAPÍTULO 52 ► Honorários de Advogado e Condenação Rescindida 853

Luiz Guilherme Marinoni

1. A CONSULTA.....	853
2. A NATUREZA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. O CARÁTER AUTÔNOMO, RETRIBUTIVO E ALIMENTAR.....	854
3. A DECISÃO QUE FIXA HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. A AUTONOMIA E A INDEPENDÊNCIA DA VERBA HONORÁRIA	856
4. A IMPOSSIBILIDADE DE VER A DESCONSTITUIÇÃO DA VERBA HONORÁRIA E A CONDENAÇÃO À RESTITUIÇÃO COMO CONSEQUÊNCIA LÓGICA DA DESCONSTITUIÇÃO DO JULGADO DE ORIGEM. A NULIDADE DE SEMELHANTE JULGADO. OS REMÉDIOS PARA TUTELA DO DIREITO DO ADVOGADO	858
5. A NECESSIDADE DE AÇÃO RESCISÓRIA PRÓPRIA, COM FUNDAMENTAÇÃO ESPECÍFICA, PARA RESCISÃO DA VERBA HONORÁRIA E RESPECTIVA CONDENAÇÃO À RESTITUIÇÃO	860
6. A NECESSIDADE DE O ADVOGADO, OU SOCIEDADE DE ADVOGADOS, TITULAR DO DIREITO AOS HONORÁRIOS PARTICIPAR DA AÇÃO RESCISÓRIA COMO PARTE DEMANDADA	861
7. AS RESPOSTAS	862

CAPÍTULO 53 ► Ação Rescisória em matéria de honorários advocatícios à luz do novo CPC..... 863

Marcela Kohlbach de Faria

1. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO NOVO CPC	863
2. NATUREZA DA DECISÃO QUE CONDENA A PARTE AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	864
3. AÇÃO RESCISÓRIA CONTRA A PARTE DA DECISÃO QUE CONDENA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	867
3.1. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E JULGAMENTO PARCIAL DO MÉRITO	867
3.2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM GRAU RECURSAL.....	868
3.3. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM FASE DE EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	869
4. TERMO INICIAL PARA A CONTAGEM DO PRAZO DA AÇÃO RESCISÓRIA EM MATÉRIA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	870
5. CONCLUSÃO	873
6. BIBLIOGRAFIA.....	874

CAPÍTULO 54 ► O advogado como parte na ação rescisória que discute honorários sucumbenciais: reflexos do CPC de 2015..... 875

Pedro Henrique Reschke

1. INTRODUÇÃO	875
---------------------	-----

2.8	LEGITIMIDADE ATIVA NA AÇÃO RESCISÓRIA	876
3.8	NATUREZA E TITULARIDADE DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO CPC DE 2015.	877
4.8	AÇÃO RESCISÓRIA E HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA: O ADVOGADO COMO PARTE	880
4.1.	LEGITIMIDADE ATIVA	881
4.2.	LEGITIMIDADE PASSIVA	883
4.3.	A DECISÃO QUE SE OMITE QUANTO AOS HONORÁRIOS	884
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	885
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	886

PARTE IX

AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS

CAPÍTULO 55 ►	O fim do “bobeou, dançou”: decisão transitada em julgado omissa quanto ao direito aos honorários ou ao seu valor e os instrumentos para sua fixação	889
----------------------	--	------------

Denis Donoso

1.	INTRODUÇÃO	889
2.	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA: BREVÍSSIMAS CONSIDERAÇÕES.....	890
3.	SENTENÇA OMISSA QUANTO AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS: DO CPC/73 AO CPC/2015.....	894
4.	DECISÃO JUDICIAL OMISSA QUANTO AO DIREITO AOS HONORÁRIOS OU AO SEU VALOR À LUZ DA NOVA SISTEMÁTICA PROCESSUAL.....	898
5.	CONCLUSÕES	901
6.	BIBLIOGRAFIA.....	902

CAPÍTULO 56 ►	O trânsito em julgado da decisão omissa em fixar honorários advocatícios: o que fazer?	903
----------------------	---	------------

Luiz Henrique Volpe Camargo

1.	BREVE INTRODUÇÃO	903
2.	A POSIÇÃO DE PONTES DE MIRANDA	904
3.	OS JULGADOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA MESMA LINHA DEFENDIDA POR PONTES DE MIRANDA	905
4.	A POSIÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NA MESMA LINHA DEFENDIDA POR PONTES DE MIRANDA ADOTADA NO RECURSO ESPECIAL N.º 886178/RS, CUJO ACÓRDÃO ESTÁ SUBMETIDO AO REGIME DO ART. 543-C DO CPC/1973 E DA RESOLUÇÃO DO STJ N.º 08/2008.....	905
5.	A POSIÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NA MESMA LINHA DEFENDIDA POR PONTES DE MIRANDA CONSOLIDADA NO ENUNCIADO N.º 453 DA SÚMULA DE SUA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE..	906
6.	A ANÁLISE CRÍTICA DA POSIÇÃO DE PONTES DE MIRANDA E DAS SOLUÇÕES APRESENTADAS PARA O PROBLEMA.....	908
6.1.	DA EXIGÊNCIA DO AJUIZAMENTO DE AÇÃO RESCISÓRIA	909
6.2.	DA ADMISSÃO DE PROMOÇÃO DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA PARA O ARBITRAMENTO DOS HONORÁRIOS	917
6.3.	DA ADMISSÃO DE CORREÇÃO DA OMISSÃO A QUALQUER TEMPO, NO PRESSUPOSTO DE QUE SE TRATA INEXATIDÃO MATERIAL	919
6.4.	DO CABIMENTO DE AÇÃO PRÓPRIA PARA A FIXAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA	920

7. DA IMPERATIVA SUPERAÇÃO DO ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO STJ.....	921
8. CONCLUSÃO	923

CAPÍTULO 57 ► O trânsito em julgado da decisão omissa em relação aos honorários advocatícios: soluções possíveis, a adotada pelo CPC/2015 e as suas consequências..... 925

Ravi Peixoto

1. INTRODUÇÃO	925
2. TEORIA DOS CAPÍTULOS DE SENTENÇA	926
2.1. ESPECIFICAMENTE OS PEDIDOS IMPLÍCITOS NA TEORIA DOS CAPÍTULOS DE SENTENÇA	927
3. DECISÃO OMISSA E OS MEIOS PARA A SUA SANAÇÃO	929
4. MEIOS DE SANAR A OMISSÃO DA DECISÃO DE HONORÁRIOS TRANSITADA EM JULGADO: UM PONTO DE VISTA A PARTIR DO CPC/1973	930
5. A SOLUÇÃO PROPOSTA PELO CPC/2015	935
6. ASPECTOS RELEVANTES DA AÇÃO PARA A COBRANÇA DOS HONORÁRIOS.....	936
7. CONCLUSÃO	938

CAPÍTULO 58 ► Honorários advocatícios e arbitragem..... 939

Flávio Luiz Yarshell e Lucas Britto Mejias

1. OBJETO DO ESTUDO	939
2. A DISCIPLINA DOS HONORÁRIOS “DE SUCUMBÊNCIA” NA ARBITRAGEM.....	940
3. ARBITRAGEM PARA CONTROVÉRSIAS RELACIONADAS A HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	944
4. CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS	946
5. BIBLIOGRAFIA.....	947

CAPÍTULO 59 ► A ação de arbitramento de honorários advocatícios no Novo Código de Processo Civil..... 949

Sandra Krieger Gonçalves

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	949
2. CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO E FORMAS DE COBRANÇA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	952
3. A AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	955
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	961
5. REFERÊNCIAS	962

PARTE X

HONORÁRIOS NOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

CAPÍTULO 60 ► Honorários advocatícios nas ações constitucionais e os critérios para sua fixação no Novo Código de Processo Civil 967

André Puccinelli Júnior e Allan Thiago Barbosa Arakaki

1. INTRODUÇÃO	967
---------------------	-----

2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NAS AÇÕES CONSTITUCIONAIS	968
2.1. MANDADO DE SEGURANÇA.....	968
2.2. MANDADO DE INJUNÇÃO.....	973
2.3. HABEAS DATA.....	974
2.4. AÇÃO POPULAR:.....	976
3. CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO NOVO CPC.....	977
3.1. DA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS QUANDO O SUCUMBENTE FOR PARTICULAR.....	977
3.2. DA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS QUANDO O SUCUMBENTE FOR O PODER PÚBLICO:.....	980
4. CONCLUSÃO	982
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	983

CAPÍTULO 61 ► Honorários advocatícios nas ações penais privadas e os critérios para sua fixação no novo CPC **985**

Andréa Flores e Rejane Alves de Arruda

1. MODALIDADES DE AÇÃO PENAL.....	985
2. CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE NAS AÇÕES PENAS PRIVADAS	986
3. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NAS AÇÕES PENAS PRIVADAS	988
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	994
5. REFERÊNCIAS	995

CAPÍTULO 62 ► Relevância da discussão da culpa no divórcio para fins sucumbenciais - Teoria da causalidade para a verba de sucumbência na ação de divórcio perante o atual e o novo CPC..... **997**

Cassiano Garcia Rodrigues

REFERÊNCIA	1004
------------------	------

CAPÍTULO 63 ► Honorários advocatícios nas ações penais privadas e os critérios para sua fixação no Novo CPC..... **1005**

Fabio Trad e Lucas Lemos Navarro

CAPÍTULO 64 ► Os honorários advocatícios na nova ação de dissolução parcial de sociedade **1015**

Geraldo Fonseca de Barros Neto e Paulo Magalhães Nasser

1. INTRODUÇÃO	1015
2. MOTIVOS DA DISSOLUÇÃO PARCIAL	1016
2.1. MORTE DE SÓCIO PESSOA NATURAL E FALÊNCIA DE SÓCIO PESSOA JURÍDICA.....	1017
2.2. SAÍDA VOLUNTÁRIA DO SÓCIO: RETIRADA E RECESSO	1017

2.3. EXCLUSÃO DE SÓCIO.....	1018
2.4. PENHORA DE QUOTAS	1018
3. EFEITOS DA DISSOLUÇÃO	1019
4. A AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL E SEU PROCEDIMENTO ESPECIAL	1020
4.1. OBJETO	1020
4.2. LEGITIMIDADE	1020
4.3. RESPOSTAS DO RÉU	1022
4.4. SENTENÇA DA DISSOLUÇÃO E APURAÇÃO DE HAVERES.....	1023
4.5. FASE DE CUMPRIMENTO	1025
5. EM CONCLUSÃO, DESTAQUES SOBRE OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE	1025

CAPÍTULO 65 ► Honorários Advocatícios nos processos relativos ao direito de família.....1027

Marcos Noboru Hashimoto

1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	1027
2. OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	1028
2.1. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM SEDE DE TUTELA DE URGÊNCIA OU DE EVIDÊNCIA EM PROCESSOS RELATIVOS AO DIREITO DE FAMÍLIA.....	1029
2.2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NAS AÇÕES DE FAMÍLIA.....	1031
2.2.1. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NAS CAUSAS MATRIMONIAIS: DIVÓRCIO, SEPARAÇÃO LITIGIOSA E ANULAÇÃO DE CASAMENTO.....	1032
2.2.2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA AÇÃO DE ALIMENTOS.....	1037
2.2.3. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA GUARDA, VISITAÇÃO E FILIAÇÃO.	1040
3. CONCLUSÃO.....	1041
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1043

CAPÍTULO 66 ► Os honorários advocatícios na Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público e o Novo Código de Processo Civil..... 1047

Mirna Ciani

BIBLIOGRAFIA.....	1055
-------------------	------

CAPÍTULO 67 ► Honorários advocatícios nas ações de despejo e os critérios para sua fixação no novo CPC.1057

Mônica Monteiro Porto

1. INTRODUÇÃO:	1057
2. NATUREZA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PREVISTOS NOS ARTS. 61 DA LEI 8.245/1991 E OS CRITÉRIOS PARA SUA FIXAÇÃO	1058
3. A NATUREZA DOS HONORÁRIOS PREVISTOS PARA EFEITOS DE PURGAÇÃO DA MORA NAS AÇÕES DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO (ART. 62,II, LEI 8.245/91)	1059

4. HIPÓTESES DE APLICAÇÃO DO CPC NAS AÇÕES DE DESPEJO PARA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS	1061
5. AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADA COM COBRANÇA DE ALUGUÉIS.....	1063
6. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DO VALOR DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	1064
7. CONCLUSÕES	1065
8. BIBLIOGRAFIA.....	1065

CAPÍTULO 68 ► Honorários advocatícios nas ações de família 1067

Regina Beatriz Tavares da Silva

1. ORIGEM ETIMOLÓGICA DA PALAVRA HONORÁRIOS. ALGUMAS NOTÍCIAS HISTÓRICAS SOBRE OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – DO ‘MUNUS’ PÚBLICO DA ADVOCACIA À NATUREZA ALIMENTAR DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	1067
2. CONCEITO DE SUCUMBÊNCIA E SUA DESTINAÇÃO	1069
3. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS NAS AÇÕES DE FAMÍLIA.....	1071
3.1. MEDIAÇÃO E SOLUÇÃO CONSENSUAL	1071
3.2. BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA E SUCUMBÊNCIA.....	1073
3.3. AÇÕES DE ESTADO DA PESSOA.	1074
3.3.1. TEORIA DA CAUSALIDADE E PRINCÍPIO DO INTERESSE.....	1074
3.3.2. AÇÕES DE INVESTIGAÇÃO DA PATERNIDADE, ANULAÇÃO DE REGISTRO E CONTESTAÇÃO DA PATERNIDADE.....	1074
3.3.3. AÇÕES DE DIVÓRCIO E DE SEPARAÇÃO JUDICIAL	1075
3.4. SEPARAÇÃO DE CORPOS, GUARDA DE FILHOS E ARROLAMENTO DE BENS.	1077
3.5. AÇÕES DE ALIMENTOS E REVISIONAIS.	1079
3.6. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS	1080
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	1081
5. BIBLIOGRAFIA:.....	1082

CAPÍTULO 69 ► Honorários Advocatícios e Juizados Especiais: Repercussões do CPC de 2015 1083

Welder Queiroz dos Santos

1. INTRODUÇÃO	1083
2. DAS ONDAS RENOVATÓRIAS DE ACESSO À JUSTIÇA AO MICROSSISTEMA PROCESSUAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS	1084
3. DA CAPACIDADE POSTULATÓRIA NO MICROSSISTEMA PROCESSUAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS	1086
4. DAS CUSTAS JUDICIAIS NO MICROSSISTEMA PROCESSUAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	1087
5. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO MICROSSISTEMA PROCESSUAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	1088
5.1. DA APLICAÇÃO SUPLETIVA E SUBSIDIÁRIA DO CPC	1088
5.2. EM PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO E A BOA-FÉ	1089
5.3. EM SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO	1091
5.4. A CONDENAÇÃO NO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUANDO A FAZENDA PÚBLICA FOR PARTE	1096
6. PAGAMENTO EM FAVOR DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS.....	1098
7. CONCLUSÃO.....	1099
8. BIBLIOGRAFIA.....	1100

PARTE XI

HONORÁRIOS NA EXECUÇÃO E EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS**CAPÍTULO 70 ► Aspectos tributários dos honorários advocatícios de sucumbência no Novo Código de Processo Civil1105***Ary Raghiant Neto*

1. INTRODUÇÃO	1105
2. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA E O ART. 43 DO CTN	1108
3. DO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DA PESSOA FÍSICA.....	1110
4. DOS REGIMES DE TRIBUTAÇÃO DAS SOCIEDADES DE ADVOGADOS.....	1111
5. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	1116

CAPÍTULO 71 ► A fixação de honorários sucumbenciais no cumprimento de sentença no novo CPC..... 1119*Eduardo de Avelar Lamy*

1. INTRODUÇÃO	1119
2. A FUNÇÃO EXECUTIVA NO PROCESSO E OS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA.....	1119
3. O CRITÉRIO DA SUCUMBÊNCIA E O PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE	1121
4. A FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS NO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA	1123
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	1125
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1126

CAPÍTULO 72 ► Dos honorários advocatícios na fase de cumprimento de sentença de obrigação de pagar quantia certa..... 1129*Jaldemiro Rodrigues de Ataíde Jr. e Renato José Ramalho Alves*

1. INTRODUÇÃO	1129
2. DAS RELEVANTES INOVAÇÕES INTRODUZIDAS PELO NCPC.....	1130
3. DO PRINCÍPIO QUE ILUMINA O TEMA DOS HONORÁRIOS NO NCPC.....	1132
4. DAS POSSÍVEIS SITUAÇÕES RELATIVAS AOS HONORÁRIOS NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	1134
5. DA ANÁLISE DAS DIVERSAS SITUAÇÕES NO CUMPRIMENTO DEFINITIVO DE SENTENÇA.....	1135
6. DOS HONORÁRIOS NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PROVISÓRIO	1139
7. DOS HONORÁRIOS NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA	1140
8. DIREITO INTERTEMPORAL	1141
9. CONCLUSÕES	1142
10. BIBLIOGRAFIA.....	1143

CAPÍTULO 73 ► Honorários no Processo de Execução..... 1145*Marcelo Abelha Rodrigues*

1. OBJETO DO ENSAIO	1145
2. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E PROCESSO DE EXECUÇÃO	1145

3. A REGRA GERAL DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	1146
4. AS REGRAS ESPECÍFICAS DOS HONORÁRIOS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO	1147
4.1. INTRÓITO	1147
4.2. DESISTÊNCIA DO PROCESSO DE EXECUÇÃO E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	1147
4.3. REMIÇÃO E HONORÁRIOS	1148
4.4. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO	1151
4.5. HONORÁRIOS E A PENHORA	1152
4.6. SATISFAÇÃO DOS HONORÁRIOS	1154

CAPÍTULO 74 ► Legitimidade ativa para execução dos honorários de sucumbência na jurisprudência e o novo Código de Processo Civil.1157

Marcus Felipe Botelho Pereira

1. INTRODUÇÃO	1157
2. A TITULARIDADE DO HONORÁRIOS	1158
3. LEGITIMIDADE DA PARTE PARA EXECUÇÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	1159
4. LEGITIMIDADE DO ADVOGADO SUBSTABELENT E SUBSTABELECIDO.	1160
5. LEGITIMIDADE DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS	1163
6. A ADVOCACIA PÚBLICA	1165
7. CONCLUSÕES	1168
8. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	1168

CAPÍTULO 75 ► Honorários advocatícios na fase de cumprimento de sentença 1169

Stella Economides Maciel

1. INTRODUÇÃO	1169
2. NATUREZA JURÍDICA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	1169
3. AS DIVERSAS REFORMAS EMPREENDIDAS NO CPC/73	1170
4. OS REFLEXOS DAS REFORMAS EMPREENDIDAS NA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	1172
5. OS HONORÁRIOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	1175
6. OS HONORÁRIOS E A IMPUGNAÇÃO DO DEVEDOR.....	1177
7. CONCLUSÃO	1179
8. BIBLIOGRAFIA.....	1179

CAPÍTULO 76 ► Legitimidade ativa para executar honorários advocatícios.....1181

Vladimir Rossi Lourenço

1. NOTAS INICIAIS.....	1181
2. LEGITIMIDADE, LEGITIMIDADE ORDINÁRIA E LEGITIMIDADE EXTRAORDINÁRIA PARA A EXECUÇÃO..	1182
3. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA CONTRA FAZENDA PÚBLICA. EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIOS AUTÔNOMOS. NÃO VIOLAÇÃO DA REGRA CONSTITUCIONAL QUE IMPEDE O FRACIONAMENTO DOS PRECATÓRIOS.....	1187
4. A EXECUÇÃO DOS HONORÁRIOS CONTRATADOS.	1191